

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2011, Caxambu, MG – Brasil

GT: 6. Desigualdade e estratificação social

**Aspectos da desigualdade social nas regiões metropolitanas
brasileiras**

Lilia Montali

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Aspectos da desigualdade social nas regiões metropolitanas brasileiras¹

Lilia Montali²

Resumo

Importantes transformações ocorrem na sociedade brasileira a partir dos anos 80. Nos anos 80 e 90, décadas de baixo crescimento da economia e de mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, ocorre especialmente nas regiões metropolitanas a deterioração do mercado de trabalho e o empobrecimento das famílias. Uma fase mais favorável inicia-se a partir de 2004 com melhora nas condições sociais, decorrente tanto do crescimento econômico, como de políticas sociais e de caráter econômico adotadas, destacando-se entre as primeiras os programas de transferência de renda e entre as segundas a política de recuperação do salário mínimo. A redução da desigualdade de renda é uma das tendências mais importantes indicadas a partir da metade da década.

Mesmo com o crescimento do rendimento familiar per capita para todos os tipos de arranjos familiares, este ocorreu de forma desfavorável para alguns arranjos caracterizados como mais suscetíveis ao empobrecimento por nossas análises, associados ao ciclo vital familiar e à configuração, reproduzindo a desigualdade de renda entre os domicílios³. Na etapa atual da pesquisa são investigados os aspectos que afetam a redução das desigualdades.

O presente artigo se propõe a discutir como a forma de inserção dos componentes domiciliares no mercado é afetada pela divisão sexual do trabalho, expressa por sua posição na família, restringido suas possibilidades de inserção. Procura ainda explicitar também porque as restrições para inserção no mercado de trabalho relacionadas às relações familiares e à divisão sexual do

¹ Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS. 24 a 28 de outubro de 2011, Caxambu, MG – Brasil. GT: Desigualdade e estratificação social.

² Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP.

³ Projeto de Produtividade de Pesquisa desenvolvido com apoio do CNPq junto ao NEPP/UNICAMP.

trabalho na família dificultam a redução da desigualdade de renda no caso das áreas metropolitanas.

Introdução

A literatura⁴ e os indicadores disponíveis mostram a tendência de redução da desigualdade de renda no país e nas regiões metropolitanas brasileiras a partir de 2004, com gradual elevação da renda domiciliar per capita e crescimento mais acentuado nos decís inferiores de renda. No entanto, ao se considerar os domicílios segundo arranjos domiciliares, a indicação é de pequena alteração e de manutenção da desigualdade de rendimentos entre aqueles indicados como os mais suscetíveis ao empobrecimento e os demais.

Tabela 1
Índice de Gini – Rendimento Domiciliar per capita
Brasil e Regiões Metropolitanas, 2001-2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Regiões Metropolitanas (1)	0,598	0,596	0,586	0,578	0,580	0,566	0,561	0,557	0,552
Brasil	0,600	0,594	0,586	0,576	0,572	0,564	0,557	0,548	0,545

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001-2009. Microdados reponderados até 2007.
Elaboração dos autores. NEPP/UNICAMP.

(1) O Total Metropolitano inclui as nove regiões metropolitanas.

Estes arranjos domiciliares com maiores fragilidades para prover a subsistência em relação a outros, com base na renda domiciliar per capita, foram indicados em ensaios anteriores sobre as regiões metropolitanas (Montali e Tavares, 2008; Montali, 2011). Em decorrência de sua composição que se associa a momentos do ciclo vital das famílias, ao gênero e a idades, apresentam maiores dificuldades de obter rendimentos suficientes através da inserção de seus componentes no mercado de trabalho ou em atividades de geração de renda. São identificados entre aqueles nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes, que correspondem à etapa de constituição no ciclo vital da família; aqueles em que o casal tem idades entre 35 e 49 anos, também com a presença de filhos e/ou parentes - etapa de consolidação do ciclo vital

⁴ BARROS, R. P; FOGUEL, M. N. e ULISSEA, G, 2006; IPEA, 2009.

familiar -; e nas famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com a presença de filhos e/ou parentes correspondendo a diversas idades da chefe feminina. Estudo sobre as famílias urbanas latino-americanas também indica maior incidência da pobreza nos domicílios monoparentais com chefia feminina e entre as famílias nucleares com filhos nas etapas do ciclo de vida familiar relacionadas à expansão e à consolidação (Arriagada, 2007).

Mesmo com a ampliação do acesso às políticas assistenciais de transferência de renda por grande parte dos domicílios com esses arranjos mais fragilizados, a desigualdade de renda entre estes e os demais arranjos domiciliares permanece no período 2004 a 2009. A análise desse período constata que o importante crescimento do rendimento familiar per capita nas regiões metropolitanas brasileiras beneficiou os três tipos de família identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento; entretanto, comparando os valores do rendimento familiar per capita segundo os tipos de arranjos familiares ao valor médio metropolitano, fica evidente que não se reduz a distância entre os rendimentos dos três arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento e a média regional metropolitana nos anos 2004 e 2009. Pelo contrário, essa distância se eleva para os referidos arranjos mais fragilizados e se reduz para os demais (Montali e Lima, 2010).

Tabela 2
Rendimento domiciliar per capita médio segundo tipos de arranjos domiciliares
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009

Arranjos domiciliares	Ano			Crescimento percentual 2009/2004
	2004	2006	2009	
Casais	738,1	859,4	917,1	24,3
Casal sem filhos	1.215,1	1.340,4	1.334,1	9,8
Casal com filhos e parentes	616,8	725,2	781,0	26,6
Casal até 34 anos com filhos e parentes	421,8	465,3	531,0	25,9
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	670,4	765,2	803,4	19,8
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	912,8	1.092,4	1.145,8	25,5
Chefe feminina sem cônjuge	811,7	888,4	950,3	17,1
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	626,7	698,8	739,9	18,1
Chefe feminina unipessoal	1.413,5	1.482,7	1.547,0	9,4
Chefe masculino sem cônjuge	1.315,5	1.505,7	1.623,0	23,4
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	963,3	996,4	1.104,3	14,6
Chefe masculino unipessoal	1.550,1	1.853,2	1.957,1	26,3
Total	811,5	930,2	995,7	22,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados
Valores inflacionados para 2009.

Uma das principais conclusões a que se chega é que, ainda que a recuperação econômica e a ampliação dos programas de transferência de renda tenham elevado a renda per capita das famílias e reduzido as desigualdades de renda na segunda metade da década de 2000, não ocorreu redução da desigualdade de rendimentos entre os grupos de arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais (Tabela 2).

Na presente etapa da pesquisa sobre toda a década (2001 a 2010)⁵ estão sendo investigados os aspectos que afetam a redução das desigualdades entre os grupos de arranjos domiciliares, com destaque para as características domiciliares relativas ao acesso à educação e ao nível de escolaridade dos adultos e ao tipo de inserção no mercado de trabalho, privilegiando a qualidade do emprego. São investigadas ainda as atuais políticas sociais de transferência de renda e recomendações para possíveis mudanças que possam promover maior equidade entre os diferentes arranjos domiciliares que remetem a momentos distintos do ciclo de vida familiar e especialmente aqueles que apresentam maiores fragilidades para garantir a sobrevivência. Destaque é dado também para a indicação de políticas de promoção à equidade de gênero para a inclusão no mercado de trabalho, nestas incluindo a capacitação para o mercado de trabalho e o acesso ao cuidado (educação infantil e creches) no caso da mulher com responsabilidade por crianças. A reflexão sobre tais aspectos envolvidos na redução da desigualdade, considerada sob a ótica das famílias, contribui para o estudo da desigualdade na sociedade brasileira.

O presente artigo se propõe a discutir como a forma de inserção dos componentes domiciliares é afetada pela divisão sexual do trabalho, expressa por sua posição na família, que restringe suas possibilidades de inserção e, no caso das mulheres, o acesso a empregos de qualidade. Procura ainda explicitar também porque as restrições para inserção no mercado de trabalho relacionadas às relações familiares e à divisão sexual do trabalho na família

⁵ Projeto “Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades.” Em andamento. CNPq. Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n.º 36/2010 - Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Processo 563760/2010-9. NEPP / UNICAMP. Coordenação: Lilia Montali.

dificultam a redução da desigualdade de renda no caso das áreas metropolitanas. Este artigo além desta Introdução é composto por mais duas sessões. Na primeira são apresentadas as tendências de absorção de homens e de mulheres pelo mercado de trabalho e evidenciadas as diferenciações nessa inserção segundo posição na família. Na segunda são apresentados alguns aspectos da inserção dos componentes familiares no mercado de trabalho e as especificidades segundo a tipologia de arranjos domiciliares, com indicações de seus efeitos sobre a reprodução das desigualdades entre os arranjos domiciliares.

1. Homens e mulheres no mercado de trabalho e os padrões de inserção ⁶

Embora dados recentes tenham apontado para taxas de crescimento maiores do emprego das mulheres no mercado de trabalho no ano de 2010, mostram também que se mantém elevada a diferença de rendimentos entre estes, mantendo-se em 76% da renda dos homens na média metropolitana (SEADE/DIEESE, 2011; FSP, 2011). Estes dados referem-se às regiões metropolitanas brasileiras a partir de pesquisas do Sistema PED. Tomando-se como exemplo a análise da Região Metropolitana de São Paulo, esta evidencia que em decorrência dos empregos gerados cresce a diferença no valor da hora trabalhada entre homens e mulheres (SEADE/DIEESE, 2011). “O tipo de ocupações criadas entre 2009 e 2010 certamente influenciou o aumento do rendimento médio real por hora das mulheres (de R\$ 6,56 para R\$ 6,72) e, principalmente, dos homens (de R\$ 8,22 para R\$ 8,94). O crescimento mais acentuado dos rendimentos por hora dos homens, no entanto, provocou o aumento da diferença de remuneração entre os dois segmentos: em 2009, as mulheres recebiam 79,8% dos valores médios auferidos pelos homens, proporção que passou para 75,2%, em 2010” (SEADE/DIEESE, 2011, p.05). Aquela análise, que ressalta as diferenças nas formas de inserção e rendimentos entre homens e mulheres, destaca a perspectiva futura de mudanças no perfil de inserção da mulher considerando-se as possibilidades de

⁶ Este item se baseia em e atualiza informações de Montali, 2011.

crescimento do acesso ao ensino superior e a continuidade do crescimento do emprego formal.

Neste artigo pretende-se evidenciar que a manutenção da desigualdade de rendimentos do trabalho de homens e mulheres, apesar dos avanços nas últimas décadas a partir dos anos 90, tem profundas raízes na divisão sexual do trabalho ainda vigente na sociedade brasileira e que se manifesta tanto nas restrições impostas pelo mercado de trabalho, diferenciadas por sexo, como nas restrições impostas pelas atribuições domésticas. Essa desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho e de rendimentos auferidos afeta a redução da pobreza e também a redução da desigualdade entre os domicílios metropolitanos.

É importante ter presente esta questão da divisão sexual do trabalho para propor medidas e políticas que possam reduzir as desigualdades de gênero no mercado de trabalho que terão, certamente, reflexos sobre a redução da desigualdade de renda entre domicílios com tipos de arranjos específicos. Sob a ótica da divisão sexual do trabalho são complementares a tradicional atribuição à mulher das responsabilidades sobre a administração doméstica e o cuidado dos filhos e a atribuição ao homem das responsabilidades no âmbito público e ao mundo do trabalho. Estas atribuições vêm sendo questionadas, e a experiência da inserção das mulheres no mercado de trabalho as vêm colocando em cheque, porém poucas mudanças vêm ocorrendo nessas atribuições domésticas como fica evidente nas pesquisas recentes que tratam do uso do tempo com atividades domésticas por homens e mulheres (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2011; ARAUJO E OUTROS, 2007, FOLHA DE SÃO PAULO, 2010). Outro aspecto a considerar relacionado a este é a observada inserção diferenciada no mercado de trabalho de mulheres com diferentes responsabilidades nos domicílios identificadas por sua posição na família, como evidenciado por Montali, 2003 e 2006. Dessa forma, mulheres-cônjuge e mulheres chefes de família apresentam-se em maiores proporções absorvidas em trabalho precário que as demais mulheres com posição distinta na estrutura doméstica. Este fato não ocorre de maneira tão distinta entre os homens, como se verá a seguir. No caso das mulheres, mesmo uma análise que

leve em conta diferentes grupos etários que possam espelhar melhor coortes distintas e mudanças nos padrões de responsabilização doméstica e de inserção no mercado de trabalho, as diferenças encontradas recaem sobre específicas posições na família, ou seja, entre as mulheres-cônjuge e mulheres chefes de família e menos sobre as mulheres em posição doméstica como filhas.

Assim, embora os avanços, os caminhos para a redução dessa desigualdade de rendimento do trabalho entre homens e mulheres e das formas de inserção possíveis para as mulheres passa tanto pelas mudanças nas relações de gênero e atribuições, como por políticas sociais que possibilitem essa equidade.

A mudança nas relações de gênero depende de um processo mais longo de desenvolvimento social no qual se insere a educação; porém determinadas políticas sociais poderiam de forma mais imediata atenuar os encargos femininos com a prole e possibilitar a essas mulheres a inserção em trabalhos com vínculos contratuais regulamentados, com mais horas de trabalho e, portanto com melhor remuneração. Estou me referindo a políticas sociais que garantam a oferta de serviços de qualidade para a educação infantil e de creches, bem como de escola em tempo integral para o ensino fundamental, que proporcionariam ganhos para as mulheres e para a educação das crianças brasileiras. Outra contribuição esperada de políticas dessa natureza, que viabilizariam a melhora nas possibilidades de inserção e de remuneração das mulheres com encargos pelos filhos, é a redução da pobreza e da desigualdade do país.

Este artigo se baseia em resultados de projeto de pesquisa sobre processos que vêm afetando a relação família-trabalho⁷, que assume o conceito de divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero enquanto categorias de análise. Um dos supostos é que a divisão sexual do trabalho atua conjuntamente nas atividades produtivas e no interior da família, definindo os lugares de homens e mulheres nessas duas instâncias (BARRÈRE-

⁷ Projeto de Produtividade de Pesquisa desenvolvido com apoio do CNPq junto ao NEPP/UNICAMP.

MAURISSON, 1992). Outra noção que fundamenta as interpretações desta pesquisa relativa à diferenciação interna à família com base nas relações de gênero e atribuições dos papéis familiares, é que esta "limita o comportamento indiferenciado dos membros da família como uma pura 'força de trabalho', mobilizável em caso de necessidade econômica" (HIRATA E HUMPHREY, 1994). Entende-se que existem barreiras e motivações distintas que mobilizam ou restringem os diferentes componentes da família para o trabalho.

A investigação sobre os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo identificou mudanças no decorrer da década de 90, a partir da qual se reordenam os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e aumenta a participação da mulher tanto em atividades no mercado de trabalho como em seu papel como provedora, destacando-se as cônjuges e as chefes femininas (MONTALI, 2003 e 2006). A inflexão observada evidenciou-se no contexto de baixo crescimento da economia e sob o processo de reestruturação produtiva, quando se altera o padrão de incorporação da força de trabalho. Ocorreu a redução dos postos de trabalho em especial na indústria e o aumento do desemprego; reduziram-se as oportunidades de absorção em trabalhos assalariados regulamentados e aumentaram as inserções como autônomos, incentivada também pela terceirização de serviços pelas empresas. Como decorrência cresce a precarização do trabalho expressa pela instabilidade, pela fragilização dos vínculos contratuais e pela perda da proteção oferecida pelos direitos trabalhistas. A queda da renda proveniente do trabalho nos anos 90 e a queda da renda familiar per capita foram conseqüências dessa conjuntura.

Esse estudo constatou ainda como tendências, durante os anos 90 e até 2003, mudanças nos arranjos familiares de inserção que se expressaram através das diversas taxas utilizadas para o estudo do mercado de trabalho e também especificidades quando analisadas tendo por referência os arranjos familiares. Através desse estudo sobre a Região Metropolitana de São Paulo foi possível constatar que, as taxas de participação e de ocupação dos chefes masculinos e dos filhos caíram, enquanto para as mulheres e em especial para as cônjuges estas taxas cresceram, denotando rearranjos familiares de inserção no mercado

de trabalho estabelecidos tanto em decorrência de profundas mudanças nas possibilidades de emprego regulamentado e do crescimento do desemprego masculino, como também por um processo de mudança nos valores relativos ao papel da mulher na sociedade (MONTALI, 2000, 2004, 2006). Assim, nos arranjos familiares nucleados pelo casal, cresce a presença da mulher-cônjuge entre os ocupados e nas famílias chefiadas pela mulher sem cônjuge eleva-se a responsabilidade destas pela manutenção da família frente à redução da participação dos filhos entre os ocupados, relacionada às maiores restrições ao emprego dos jovens naquele período. Esta última tendência afeta os filhos tanto em famílias nucleadas pelo casal, como em famílias nucleadas por mulheres ou homens sem a presença de cônjuge. Tais rearranjos de inserção articulados no enfrentamento do desemprego e da precarização do trabalho atenuaram a tendência de empobrecimento das famílias daquela região metropolitana.

Análise sobre as regiões metropolitanas brasileiras na metade da primeira década do século XXI observou padrões semelhantes de arranjos domiciliares de inserção associados a arranjos domésticos (MONTALI e TAVARES, 2009).

Sob a mesma perspectiva teórica interroga-se neste artigo sobre as tendências observadas nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e possíveis mudanças na etapa de recuperação da economia no país a partir de 2004. Por outro lado analisa a permanência de desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, entendendo-as relacionadas à divisão sexual vigente na sociedade brasileira e como um dos fatores que dificultam a redução das desigualdades de renda observada entre os arranjos domiciliares familiares mais suscetíveis ao empobrecimento e os demais.

O presente ensaio discute a melhora nas condições do mercado de trabalho no período de recuperação da economia brasileira a partir de 2004 incluindo dados do ano de 2009, que expressam alguns dos impactos da crise internacional intensificada no final de 2008. Mostra como são distintas as possibilidades de inserção de homens e de mulheres no mercado de trabalho nesse período, bem como são distintos os padrões de inserção indicados pelos componentes familiares em diferentes posições na família e sexo, expressando a divisão sexual do trabalho vigente nos domicílios das regiões metropolitanas brasileiras.

O emprego no período de recuperação do crescimento

Os estudos sobre o mercado de trabalho no período de recuperação do crescimento econômico iniciado em 2004 mostram o aumento da formalização do emprego e a redução do desemprego, mobilizados pela estratégia de crescimento do mercado interno. Outra tendência apontada é a retomada do crescimento do emprego industrial e também da construção civil e da agricultura considerados como setores importantes no crescimento dos empregos formais (BALTAR, 2009; DEDECCA 2009; MONTAGNER, 2009).

Revelam também que tanto o ritmo de redução do desemprego, como o crescimento de ocupações não formais ocorrem diferenciadamente por sexo de forma desfavorável para as mulheres. Analisando o período entre 2003 e 2007 Montagner considera que as mulheres mesmo no período de recuperação da economia continuam afastadas do crescimento do emprego. Explica que isso ocorre porque: “Diferente do que ocorreu nos anos 90, em que o crescimento da ocupação levou à crescente inclusão das mulheres em ocupações sem vínculo formal, no período recente o mercado de trabalho tendeu a incluir mais homens do que mulheres, em especial no emprego formal: dos 5,6 milhões de empregos gerados entre 2003 e 2006, apenas 2,49 ocuparam mulheres” (MONTAGNER, 2009. p.93). Leone (2009) acrescenta que no período 2004 e 2006 aumenta a participação do emprego formal na ocupação total, porém também ocorre crescimento das ocupações não formais principalmente entre mulheres e negros.

Análise recente do IPEA (2011) corrobora para o período entre 2001 e 2009 as tendências indicadas por Leone e Montagner. Destaca que a evolução ocupacional por gênero evidencia que, “em termos relativos, o aumento da formalização foi maior entre os homens. Eles saltaram de 37,7% de postos formais em 2001 para 44,5% em 2009 (aumento de 18,2%), contra o aumento de 38,2% para 43,8% entre as mulheres (aumento de 14,8%). Em termos absolutos, o número de vagas formais subiu mais entre as mulheres (47,6%), mas também foi o caso para as ocupações informais (15,9%), o que se explica pela crescente participação das mulheres no mercado de trabalho” (IPEA, 2011. p. 09).

Em uma síntese da investigação sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho nos anos recentes Lombardi conclui que, simultaneamente à ampliação e diversificação da participação feminina no mercado de trabalho, são reproduzidas segregações já conhecidas, tais como a setorial, a ocupacional e a hierárquica, sofridas pelas trabalhadoras, bem como a maior precariedade da ocupação feminina comparada à masculina e o recebimento de menores remunerações. Por outro lado, aponta um fenômeno observado também em países desenvolvidos que é a bipolarização ou dualização da ocupação feminina, segundo o qual, de um lado cresce o grupo de profissionais altamente qualificadas e em posição hierárquica elevada e, de outro, permanece ou se expande o grupo de mulheres pouco ou não qualificadas, desempenhando atividades pouco valorizadas e não raro sem contratos nem proteção legal (LOMBARDI, 2009; BRUSCHINI, 2007).

As tendências apresentadas acima sinalizam as características do mercado de trabalho e as restrições diferenciadas por gênero identificadas nos anos de recuperação da economia.

Trabalho e desemprego: diferenciações por posição na família

A análise que se segue procura identificar nos anos recentes os padrões de vinculação ao mercado dos componentes familiares considerando sua posição na família e sexo, tendo por suposto que tais posições portam relações hierarquizadas de gênero e de papéis familiares que restringem suas escolhas e oportunidades de absorção pelo mercado de trabalho.

As tendências apontadas sobre o mercado de trabalho no Brasil sinalizam as mudanças que afetaram diferenciadamente os componentes familiares em suas possibilidades de inserção nos anos de recuperação da economia e em 2009 e oferecem um balizamento para a análise a seguir sobre as regiões metropolitanas brasileiras.

Como mencionado inicialmente, as tendências observadas na década de 90 e até 2003 para a Região Metropolitana de São Paulo, foram de queda nas taxas de participação e de ocupação masculinas e, em movimento inverso, de elevação das mesmas taxas para as mulheres em idade ativa. De maneira

distinta, no período 2004 a 2009 nas regiões metropolitanas brasileiras há estabilidade nas taxas de participação masculinas e leve crescimento nas taxas de participação femininas, que se mostram mais elevadas em 2009 (ver Gráfico 1). Embora as tendências sejam distintas daquelas do período anterior - que expressa o baixo crescimento da economia e das mudanças no mercado de trabalho associadas à reestruturação produtiva -, é mantida a distância entre as mais elevadas taxas masculinas em relação às femininas, o mesmo ocorrendo com as taxas de ocupação⁸. As taxas de participação para os homens ficam cerca de 71% no período, enquanto as relativas às mulheres passam de 52% no primeiro ano para 53% entre 2006 e 2008 e para 54% em 2009. As taxas de ocupação crescem para ambos entre 2004 e 2008, com queda em 2009 para os homens, ou seja, a taxa de ocupação masculina passa de 63% em 2004 para 66% em 2008, com variação de três pontos percentuais, enquanto a taxa de ocupação feminina passa de 43% em 2004 para 47% em 2008; em 2009 é distinta a tendência entre homens e mulheres: queda na taxa de ocupação masculina de 66% para 64,7%, enquanto para as mulheres se mantém em 47% (Gráfico 1).

Entre 2004 e 2008, caracterizado como um período de recuperação da economia, caem as taxas de desemprego para homens e mulheres, sendo porém maior a queda observada para o desemprego masculino relativamente ao feminino, pois a variação percentual é de redução da ordem de 34% no desemprego dos homens e de redução de 24% para o desemprego feminino. Ocorre nesse período a permanência de taxas de desemprego mais elevadas para as mulheres: enquanto para os homens a taxa de desemprego cai de 10,7% em 2004 para 7% em 2008, para as mulheres caem de 16% em 2004, para 12% em 2008. Tais informações corroboram as tendências nacionais apontadas acima acerca da permanência de elevadas taxas de desemprego femininas no período da recuperação.

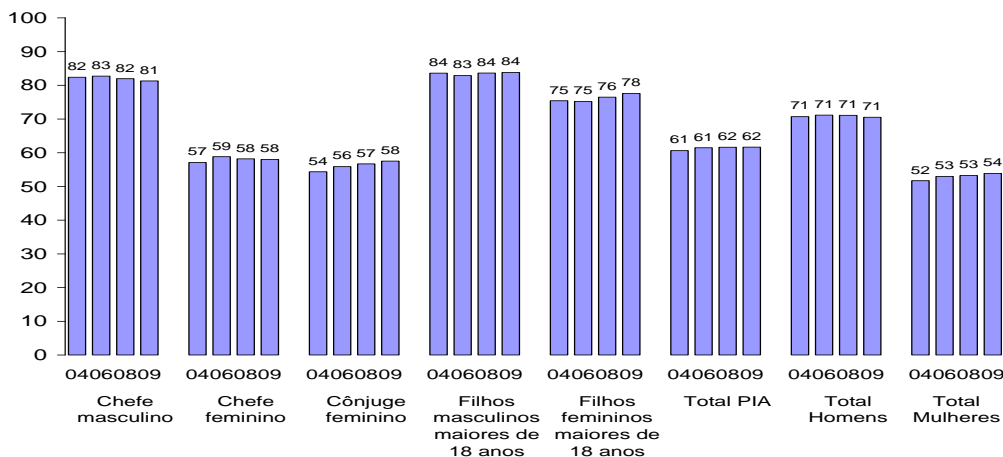
⁸ Utiliza-se como referência a PEA Ampla, que incorpora ocupados sem remuneração em ajuda a membro do domicílio e os que produzem para auto-consumo e auto-construção. Essa classificação possibilita captar de forma mais completa a inserção das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho.

No ano de 2009, sob o impacto da crise internacional, eleva-se a taxa de desemprego para a população economicamente ativa: esta passa de 9,4% para 10,7%; para os homens houve um acréscimo de um ponto percentual (8% em 2009) e para as mulheres cerca de dois pontos percentuais (14% em 2009, Gráfico 1).

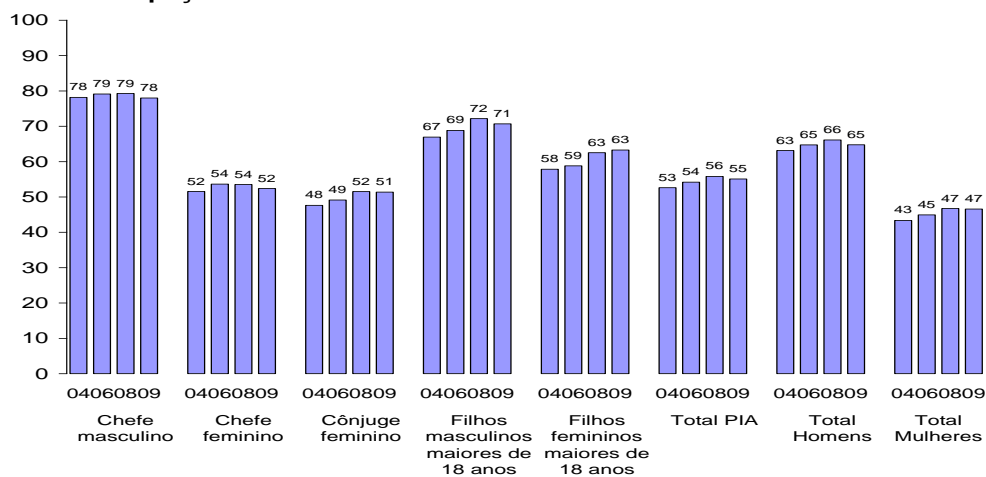
São encontradas novas tendências na análise das taxas indicativas da inserção no mercado de trabalho dos componentes familiares, considerando-se as posições na família e os papéis familiares relacionados ao gênero, são porém mantidas algumas características de inserção associadas à divisão sexual do trabalho na família. Na segunda metade da década de 2000, é encontrada a permanência das taxas mais baixas de participação e de ocupação para as mulheres cônjuge quando comparadas às mulheres em outras posições na família (Gráfico1). Essa permanência ocorre apesar do intenso crescimento da sua participação desde a década de 90 e o mais constante crescimento das taxas de participação e de ocupação entre os anos 2004 e 2009 comparativamente às demais posições na família. Esta especificidade já apontada na análise da década de 90 (MONTALI E LOPES, 2003) expressa a permanência de atribuições dos papéis familiares e a divisão sexual do trabalho definida a partir das atribuições dos gêneros sob a concepção tradicional da família.

Gráfico 1
Taxas de participação e ocupação e desemprego por posição na família
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009

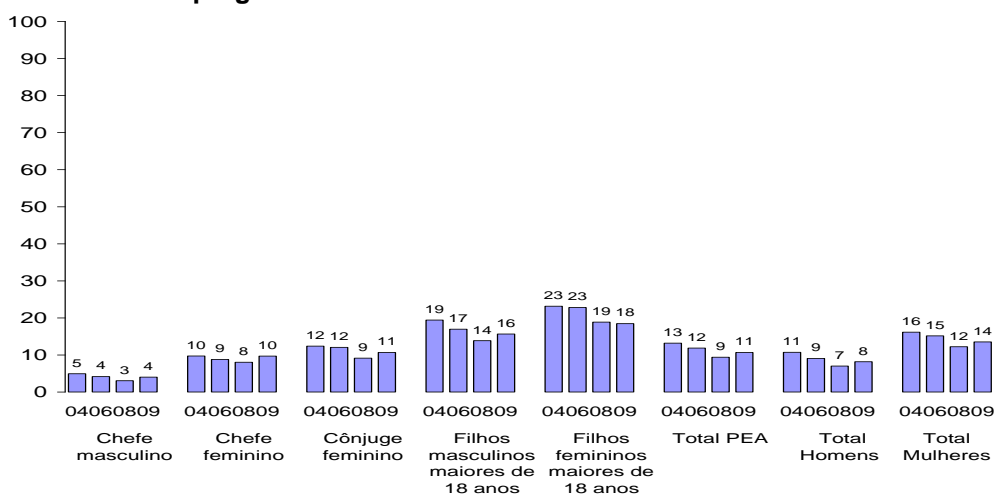
Taxa de Participação



Taxa de Ocupação



Taxa de Desemprego



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004-2009
 Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP. Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos.

De fato, pesquisas recentes de cunho qualitativo evidenciam a permanência dessas atribuições através das opiniões de homens e de mulheres - embora com especificidades por renda domiciliar, por nível educacional e outros atributos -, denotando a construção das relações de gênero e das atribuições familiares vigentes que afetam a inserção no mercado de mulheres com responsabilidade doméstica (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2011; ARAUJO E OUTROS, 2007).

Vale notar também a redução acentuada da taxa de desemprego das mulheres cônjuge entre 2006 e 2008, corroborando a indicação de sucesso na obtenção de postos de trabalho naquele período. No ano de 2009 há continuidade do crescimento da taxa de participação dessa componente familiar, queda da taxa dos chefes masculinos e manutenção das taxas das chefes femininas sem cônjuge (Gráfico1). Por outro lado, nessa ocasião cai a taxa de ocupação para os principais responsáveis pelos domicílios em um ponto percentual para chefes masculinos e mulheres cônjuge e, em dois pontos percentuais, para as mulheres chefes de família sem cônjuge.

Observa-se nos anos recentes sob análise, a redução das diferenças entre as taxas indicativas de inserção no mercado para as chefes femininas e as cônjuges - taxas de participação e de ocupação – atualmente bastante próximas. A análise dos anos 90 e início dos anos 2000 para a Região Metropolitana de São Paulo, indicava taxas mais elevadas para as chefes femininas comparativamente às cônjuges evidenciando o papel de provedora das primeiras, mesmo com a tendência de crescimento da ocupação das cônjuges. A redução dessa diferenciação das taxas entre mulheres-cônjuges e chefes femininas na análise do período entre 2004 e 2008 para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras reitera a intensificação da entrada e permanência da mulher-cônjuge no mercado de trabalho no período e também explicita que sua inserção em atividades produtivas se mantém nos períodos de expansão da economia.

Evidenciando as relações familiares como condicionantes da inserção no mercado de trabalho, observa-se que as filhas são os componentes femininos que apresentam maior mobilização para o trabalho durante o período analisado

e apresentam também as mais elevadas taxas de desemprego entre os adultos dos domicílios entre 2004 e 2009 (Gráfico 1). As taxas de participação e de ocupação das filhas adultas com mais de 18 anos são mais elevadas, comparativamente, que as das chefes femininas e das cônjuges entre 2004 e 2009, comportamento semelhante ao já observado para os anos 90 até 2000 (MONTALI E LOPES, 2003). Sua taxa de participação oscila próxima aos 75%, chegando a 76% em 2008 e em 78% em 2009. Com referência às taxas de ocupação das filhas adultas, estas são também mais elevadas que as taxas das cônjuges e chefes femininas, no entanto são menos distantes daquelas apresentadas pelas últimas do que o observado nos anos 90 na RMSP; isso ocorre porque embora tenham maiores oportunidades de absorção pelo mercado de trabalho no período recente de expansão da economia, ainda sofrem as restrições que afetaram o emprego dos jovens manifesta desde meados dos anos 90 relacionadas ao processo de reorganização da produção. As informações de aumento da absorção de jovens de até 24 anos pelo mercado de trabalho, mencionadas por Montagner (2009), referidas acima, condizem com as taxas decrescentes de desemprego das filhas adultas, que iniciam o período em 23% e caem para 19% em 2008 e para 18% em 2009 (Gráfico 1).

Permanece a tendência observada chefes masculinos e filhos adultos masculinos das, mais elevadas taxas de participação e de ocupação entre os componentes do domicílio, correspondendo ao padrão de atribuições de gênero que destinam o homem ao trabalho e a mulher à família de forma semelhante ao apontado por estudos anteriores para os anos 90 (MONTALI, 2005), se mantêm com as mais elevadas taxas de participação e de ocupação entre os componentes do domicílio. Ainda que as taxas de participação destes superem os 80%, as taxas de ocupação dos filhos adultos são comparativamente mais baixas que as dos chefes masculinos por terem sido também afetadas pela restrição do emprego para os jovens no decorrer dos anos 90 e início da década de 2000. As taxas de desemprego dos filhos adultos masculinos decrescem entre 2004 e 2008 (19% e 14%, respectivamente), expressando tanto a maior absorção pelo mercado de trabalho, como as possibilidades mais favoráveis de

absorção do que a encontrada pelas filhas adultas. (Gráfico 1). Em 2009, sua taxa de desemprego eleva-se a 16% e nesse ano torna-se mais próxima da taxa de desemprego das filhas maiores de 18 anos, que por sua vez cai um ponto percentual, para 18%.

A permanência nos anos 2000 da segmentação do mercado de trabalho, segundo a qual certas atividades apresentam predominância masculina e outras predominância feminina é reafirmada nos estudos de LOMBARDI, 2009 e BRUSCHINI, 2007 e também pelos dados aqui analisados dos anos de recuperação do crescimento econômico (Tabela 3).

Nos anos 90 a segmentação vigente do mercado de trabalho favoreceu a permanência e o aumento da absorção das mulheres pelo mercado de trabalho. Houve redução acentuada de postos ocupados predominantemente por homens, como por exemplo na indústria, e especialmente em alguns ramos industriais como o metal mecânico, mais afetados pela reestruturação produtiva. Por outro lado, a expansão do setor de serviços, nicho feminino, bem como a redução do assalariamento e o aumento das atividades com vínculos precários, também possibilitaram a continuidade da absorção das mulheres pelo mercado de trabalho na década de 90.

Nos anos 2000 e principalmente a partir de 2004, com a recuperação do crescimento econômico, a segmentação vigente veio a favorecer a absorção dos homens com a retomada do crescimento do emprego industrial, do emprego na construção civil e de alguns segmentos da atividade agrícola. O emprego formal cresce nesse período, porém, segundo Montagner (2009) o mercado de trabalho absorveu mais homens do que mulheres, ou seja, dos 5,6 milhões de empregos formais gerados entre 2003 e 2006, apenas 2,5 milhões ocuparam mulheres. Ainda segundo a Autora, no período ocorre também o crescimento do setor de serviços, porém de forma distinta do ocorrido nos anos 90, quando o crescimento desse setor deu-se principalmente nas atividades destinadas a pessoas e famílias; no período entre 2003 e 2007 o principal crescimento do emprego no setor serviços ocorreu nos serviços destinados a apoiar empresas. O volume de empregos gerados nesse subsetor, na maioria formais, foi da ordem de 700 mil. Destacam-se ainda dentre aqueles com maior geração de

empregos os serviços domésticos, responsáveis por 529 mil empregos e os serviços coletivos e pessoais por 504 mil (MONTAGNER, 2009, p. 87).

No início da década de 90, chefes masculinos e filhos e filhas maiores de 18 anos inseriam-se em maior proporção em atividades industriais, enquanto as mulheres cônjuge e as mulheres chefes de família concentravam-se em atividades no setor serviços (MONTALI, 2005 E MONTALI E LOPES, 2003). No decorrer daquela década observa-se, com especificidades por posição na família e sexo, redução na inserção do primeiro grupo nas atividades industriais, bem como o aumento da inserção destes em serviços; enquanto para as cônjuges e as chefes femininas acentua-se a inserção no setor serviços.

Nos anos 2000 o setor serviços absorve a maior parcela da força de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras; nele está inserida a maioria das mulheres ocupadas, abrangendo cerca de 73% delas nos anos entre 2004 e 2009 e cerca de 52% dos homens (Tabela 3). Nas atividades industriais estão inseridos cerca de 16% dos ocupados, absorvendo 18% dos homens e 13% das mulheres ocupadas. Outros setores que absorvem a força de trabalho masculina são a construção civil (cerca de 13%) e outras atividades (cerca de 17%), dentre as quais se incluem as agrícolas. Entre as mulheres, no interior do setor serviços, os serviços domésticos ocupam 18% delas em 2004, 16% em 2008 17,5% em 2009.

Tabela 3
Distribuição dos ocupados por setor de atividade segundo posição na família (%)
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009

Posição na Família	2004							2009						
	Indústria	Construção	Serviços				Outras atividades (1)	Indústria	Construção	Serviços				Outras atividades (1)
			Comércio	Serviços	Domésticos	Subtotal				Comércio	Serviços	Domésticos	Subtotal	
Chefe	17,4	10,3	20,1	31,0	6,2	57,2	15,2	16,3	9,8	18,7	32,2	7,9	58,9	15,1
Chefe masculino	18,7	13,3	21,5	28,9	1,1	51,5	16,5	17,8	14,0	20,4	29,7	1,2	51,4	16,9
Chefe feminino	13,0	0,4	15,4	37,7	22,4	75,5	11,1	13,0	0,6	15,1	37,6	22,4	75,1	11,2
Cônjuge	14,6	2,3	18,5	36,6	17,0	72,1	11,1	15,4	5,1	19,1	34,4	13,8	67,2	12,4
Cônjuge masculino	16,8	13,6	24,2	29,6	0,9	54,7	14,9	18,8	16,4	21,3	27,6	0,9	49,8	15,0
Cônjuge feminino	14,3	0,7	17,7	37,6	19,2	74,5	10,5	14,0	0,6	18,2	37,0	18,9	74,0	11,3
Filhos	17,0	5,1	23,3	32,7	4,3	60,3	17,7	15,9	6,4	22,3	33,3	3,7	59,3	18,4
Filhos menores de 18 anos	17,3	4,7	33,7	24,5	6,4	64,5	13,5	12,4	6,6	30,8	29,1	7,1	67,0	14,1
Filhos maiores de 18 anos	16,9	5,1	22,1	33,7	4,0	59,8	18,2	16,3	6,4	21,4	33,7	3,4	58,5	18,8
Filhos masculinos maiores de 18 anos	19,7	8,6	22,7	30,0	0,6	53,2	18,4	19,3	10,6	22,2	28,4	0,5	51,1	19,0
Filhos femininos maiores de 18 anos	13,4	0,6	21,3	38,4	8,4	68,2	17,9	12,5	1,1	20,5	40,5	6,9	67,9	18,5
Parentes e não parentes	15,9	7,4	22,1	29,7	10,9	62,7	14,1	14,2	7,2	24,4	31,2	9,7	65,2	13,4
Homens	18,8	12,1	22,5	28,9	1,0	52,4	16,8	18,1	13,3	21,7	29,0	1,0	51,7	16,9
Mulheres	13,8	0,6	18,3	37,3	17,7	73,3	12,4	13,1	0,7	18,1	37,8	17,5	73,3	12,9
Total	16,6	7,1	20,7	32,5	8,3	61,5	14,8	15,8	7,7	20,0	32,9	8,4	61,4	15,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2009

Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

(1) Outras atividades: agrícolas, outras, mal definidas.

A análise dos vínculos contratuais evidencia a permanência de outra desigualdade identificada entre os sexos no mercado de trabalho no que se refere às possibilidades de vínculos contratuais regulamentados, qual seja a permanência de maior proporção de vínculos precários para as mulheres. Entre os anos de recuperação do crescimento da economia sob análise (2004 a 2009) e de crescimento do emprego formal, a proporção de ocupados com vínculos contratuais regulamentados passam de 44,8% em 2004 para 56% em 2009. Entre as mulheres ocupadas, 39% tinham vínculos não precários em 2004 e 49,8% em 2009; entre os homens ocupados 51% estavam nessa condição em 2004 e 56,1 % em 2009 (Tabela 4).

Dentre os componentes dos domicílios das regiões metropolitanas brasileiras chama a atenção a inserção em condição precária de mais que a metade das ocupadas no caso das mulheres cônjuges e chefes femininas. A proporção desses componentes femininos ocupados com vínculos não precários são cerca de 34% em 2004 e 48,2% das mulheres cônjuges e 44,4% das chefes femininas em 2009 (Tabela 4). Dentre estas é também bastante baixa a proporção da PIA em ocupações não precárias, cerca de 24% das cônjuges em 2008 e 2009 e cerca de 23% das chefes femininas em ano em que são mais elevadas as oportunidades de emprego regulamentado. Observe-se que nesse período há elevação das vinculações não precárias para estes dois componentes femininos, porém não se observa redução da proporção de ocupação precária para as mulheres cônjuge e chefes femininas, que se mantêm em cerca de 27% para as primeiras e de 30% para as segundas nos anos de 2008 e 2009. Ocorre sim a redução da inatividade para ambos os casos e a tendência de queda da parcela desempregada entre 2004 e 21008, com elevação em 2009. Esse conjunto de indicadores sinalizam para o progressivo aumento da taxa de ocupação para ambas e mais acentuada para as cônjuges, porém sem alterações das tendências dos vínculos contratuais.

Estas informações reafirmam a precariedade presente na ocupação das mulheres e a maior precariedade da ocupação das cônjuges e chefes femininas. Deve-se ressaltar essa diferenciação, pois as filhas adultas apresentam proporção maior de ocupadas em vinculações não precárias, da ordem de 40% da PIA em 2008 e 2009, ano de maiores possibilidades de inserções regulamentadas. Este componente feminino apresenta 62,5% da sua PIA ocupada e tendência de redução das ocupações precárias (23% em 2008 e em 2009), de redução do desemprego, com elevação em 2009 e também de redução da proporção em inatividade; também para esta componente os indicadores sinalizam o aumento de sua taxa de ocupação entre 2004 e 2008 (Gráfico 1).

Tabela 4
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação segundo posição na família (%)
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009

Posição na família	2004						2009					
	Não Precários		Precários				Não Precários		Precários			
	Assalariado com registro	Empregador	Assalariado sem registro	Autônomo	Empregado doméstico	Trabalhador não remunerado	Assalariado com registro	Empregador	Assalariado sem registro	Autônomo	Empregado doméstico	Trabalhador não remunerado
Chefe	41,4	5,8	20,0	25,3	6,2	1,3	51,1	5,8	11,0	23,6	8,0	0,6
Chefe masculino	45,0	6,7	19,3	26,8	1,1	1,1	55,8	6,8	11,1	24,7	1,3	0,5
Chefe feminino	29,8	3,1	22,4	20,4	22,4	1,9	40,9	3,5	10,7	21,3	22,7	1,0
Cônjuge	31,9	4,3	20,5	22,2	16,9	4,2	47,4	4,6	10,7	21,1	13,9	2,3
Cônjuge masculino (*)												
Cônjuge feminino	30,3	4,1	20,3	21,5	19,2	4,5	44,5	3,7	9,6	20,2	19,0	3,0
Filhos	46,6	1,3	31,9	12,0	4,3	3,9	57,8	1,4	23,2	11,2	3,7	2,6
Filhos menores de 18 anos	14,1	.	48,6	11,7	6,4	19,2	6,8	.	59,6	10,7	7,2	15,7
Filhos maiores de 18 anos	50,4	1,5	30,0	12,0	4,0	2,1	62,7	1,6	19,8	11,3	3,4	1,4
Filhos masculinos maiores de 18 anos	49,2	1,9	31,5	14,5	0,6	2,4	61,8	2,1	20,9	13,5	0,5	1,2
Filhos femininos maiores de 18 anos	52,1	1,0	28,0	8,8	8,4	1,7	63,7	1,0	18,3	8,4	6,9	1,6
Parentes e não parentes	42,2	1,4	27,2	15,9	10,9	2,5	51,4	1,7	20,3	15,4	9,7	1,5
Homens	45,0	5,1	23,8	23,2	1,0	1,9	55,8	5,3	15,7	21,1	1,0	1,1
Mulheres	35,2	2,8	23,2	17,6	17,7	3,5	47,0	2,8	13,0	17,4	17,6	2,2
Total	40,7	4,1	23,5	20,7	8,3	2,6	51,9	4,2	14,5	19,4	8,5	1,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2009

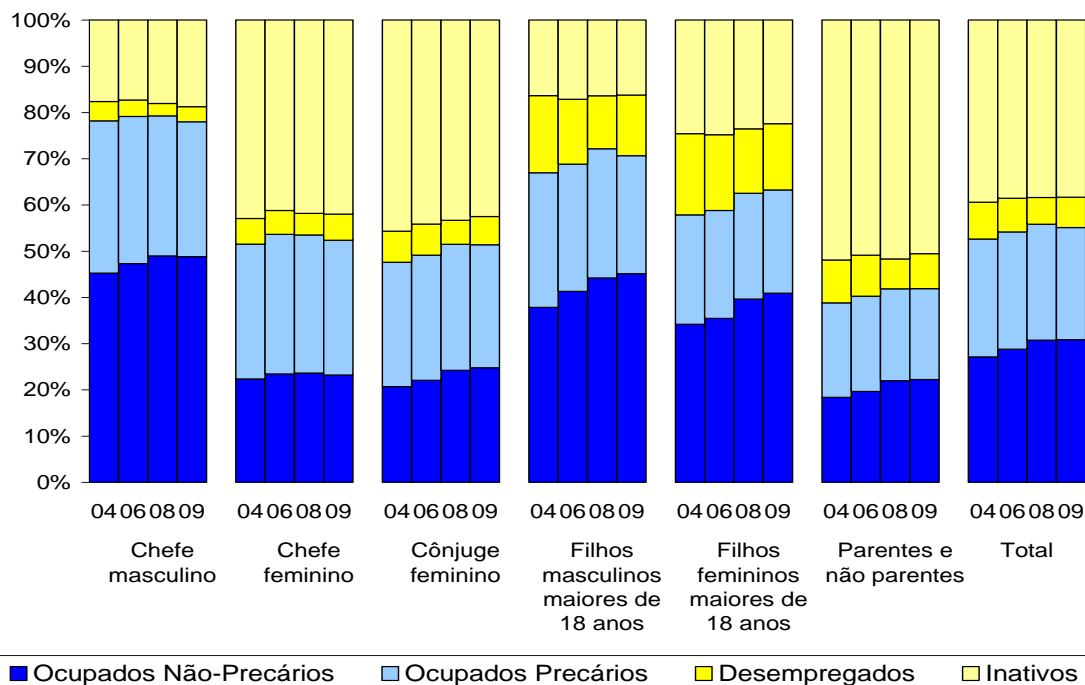
Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

(1) Trabalhador não remunerado: autoconsumo, autoconstrução e trabalhador familiar.

(*) Os valores não alcançam significância estatística.

Gráfico 2
Distribuição da PIA por situação ocupacional e condição de precariedade
segundo posição na família
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004-2009
 Elaboração: Montali, NEPP/UNICAMP.

Entre os componentes masculinos os chefes masculinos apresentam as mais elevadas taxas de ocupação não precária, chegando próximo da metade da PIA e mais que a metade dos ocupados em 2008 e 2009. Entre estes e também entre os filhos adultos do sexo masculino ocorrem de maneira concomitante o aumento das ocupações com vínculos não precários e a redução das ocupações precárias.

No período, a tendência para os componentes do domicílio é de aumento das vinculações não precárias no mercado de trabalho em todas as posições na família. É interessante mencionar que esta tendência de redução do emprego precário observada para as regiões metropolitanas brasileiras no período de recuperação da economia é inversa àquela observada no período 1985 até 2003, marcado por diversos processos que afetaram negativamente o mercado de trabalho (MONTALI, 2006).

2. Arranjos domiciliares e desigualdade de renda: considerações finais

Retomando a análise dos arranjos domiciliares com maiores fragilidades para garantir a sobrevivência relacionadas à sua composição e às possibilidades de inserção de seus componentes no mercado de trabalho, consideramos que além da composição desses domicílios que abrigam crianças e adolescentes, evidenciando composição desfavorável à inserção no mercado de trabalho e à geração de renda, evidenciam-se padrões de inserção da mulher no mercado de trabalho que se articulam ao padrão vigente de divisão sexual do trabalho e que resultam em vínculos precários e em remunerações de menor valor.

Dessa maneira, procura-se através da análise da desigualdade de renda entre os domicílios - considerando-a da ótica das famílias -, evidenciar que, além dos limites colocados pela diferenciação no acesso à educação e ao emprego de qualidade, também a configuração familiar e as atribuições de seus componentes associados à divisão sexual do trabalho constituem fatores que limitam as possibilidades de redução das desigualdades entre os domicílios.

Observou-se, na investigação sobre os arranjos familiares de inserção no mercado, a tendência a partir dos anos 90, de alterações nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho propiciados tanto por mudanças no padrão de incorporação no mercado de trabalho, como também pelo gradual processo de mudança dos valores em relação ao papel da mulher na sociedade. As principais mudanças observadas foram a maior participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho e também a maior participação das mulheres cônjuges e das chefes femininas sem cônjuge como provedoras ou como co-provedoras em seus domicílios (Montali, 2006). Padrões semelhantes de inserção familiar no mercado foram também encontrados nos estudos sobre regiões metropolitanas brasileiras (Montali e Tavares, 2009).

Estas tendências permanecem nas regiões metropolitanas brasileiras no período recente de recuperação econômica, a partir de 2004. Ou seja, há continuidade do aumento das mulheres no mercado de trabalho com destaque para as cônjuges (Montali, 2010) e também continuidade das tendências observadas no período anterior no que se refere aos arranjos familiares de

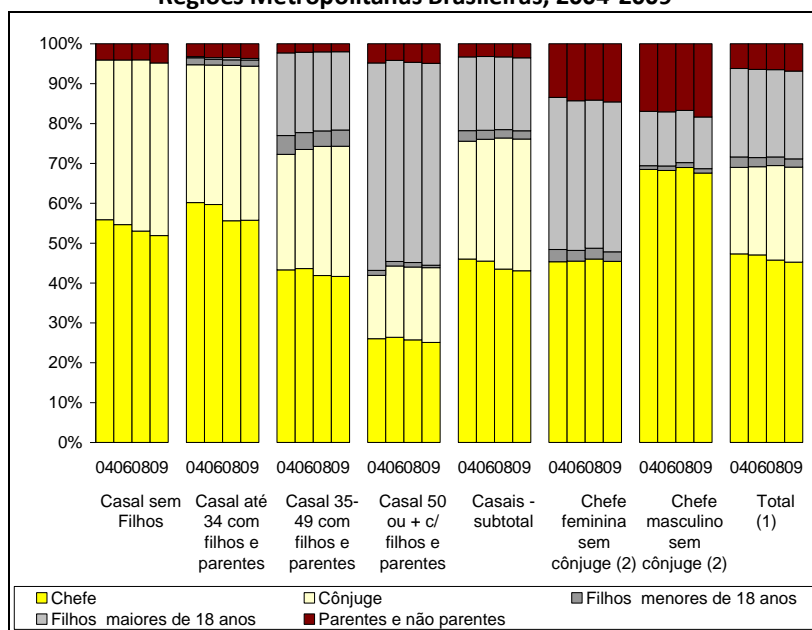
inserção no mercado, com acentuação do partilhamento da responsabilidade pela manutenção da família entre os componentes em todos os tipos de arranjos familiares.

Tomando-se como referência os domicílios nucleados pelo casal, verifica-se como tendências a redução na participação dos chefes entre os ocupados da família (46% em 2004 e 43% em 2009), elevação da participação do cônjuge (30% em 2004 e 33% em 2009) e participação dos filhos cerca de 21%, com leve declínio, e de parentes, cerca 3%. Nestes arranjos familiares se evidencia o partilhamento da responsabilidade pela manutenção da família entre os componentes do domicílio, destacando-se o casal com maior peso. Nos arranjos familiares de inserção no mercado nos domicílios nucleados pelo casal observa-se composição específica quando considerado o momento correspondente ao ciclo vital familiar: etapa da constituição, representada pelos casais jovens (até 34 anos) com filhos; etapa da consolidação, representada pelos casais com idades entre 35 e 49 anos com filhos; etapa do envelhecimento, representada pelos casais com idades a partir de 50 anos, com filhos (Gráfico 3).

Destaca-se nos dois primeiros, identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento, elevadas proporções dos cônjuges entre os ocupados, respectivamente, 39% e 33% em 2009. A maior proporção de cônjuges entre os ocupados da família, com tendência de aumento de sua presença entre estes no período (40% em 2004 e 43% em 2009) é encontrada no arranjo dos casais sem filhos.

As principais tendências nos arranjos domiciliares nucleados pela chefe feminina sem a presença de cônjuge, terceiro tipo de arranjo mais vulnerável ao empobrecimento, foram de pequenas mudanças. Em 2009, a chefe feminina sem cônjuge representava 45,4% dos ocupados da família, os filhos 40% e os parentes e não parentes 14,6%; os dados mencionados referem-se ao total das famílias chefiadas por mulher sem a exclusão dos domicílios unipessoais femininos.

Gráfico 3
Distribuição dos ocupados segundo posição na família por tipologia de arranjos domiciliares
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009



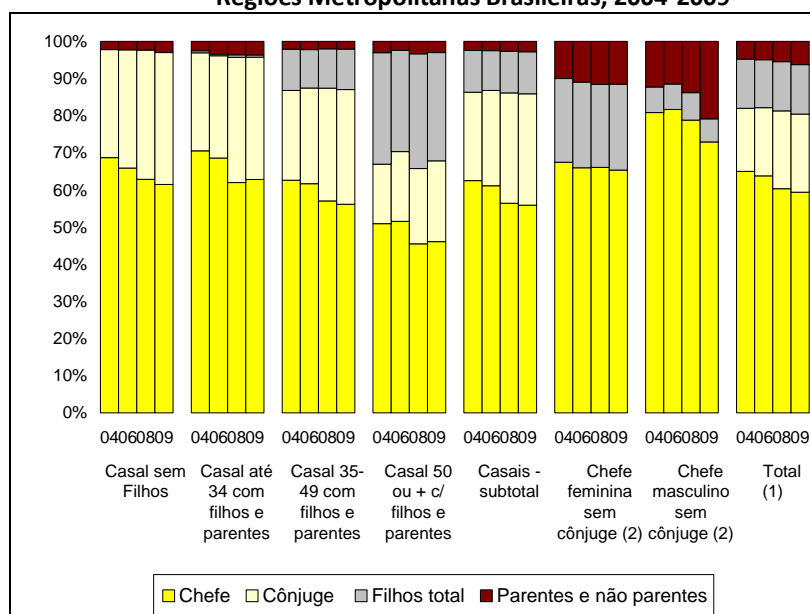
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004-2009

Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares; (2) Inclui chefes unipessoais e chefes com filhos e/ou parentes.

A análise da participação dos componentes familiares na composição da renda familiar (Gráfico 4) evidencia como uma tendência comum a todos os tipos de arranjos nucleados pelo casal o aumento proporcional da participação do cônjuge feminino na renda familiar. As cônjuges que vêm participando crescentemente de atividades no mercado de trabalho no período, aumentaram também sua participação relativa na renda da família (23,8% em 2004; 30% em 2009), ao mesmo tempo em que a participação dos chefes masculinos – que permanece como a mais elevada - apresenta tendência de redução na renda domiciliar no mesmo período (62,5% em 2004; 56% em 2009). A participação dos filhos oscila cerca de 11% e dos parentes cerca de 2,5%. São observadas as especificidades desse indicador nos arranjos nucleados pelo casal nos diferentes momentos do ciclo vital familiar (Gráfico 3). Não ocorrem alterações importantes no período nos arranjos nucleados pela chefe feminina sem cônjuge: as chefes que são as principais responsáveis renda domiciliar respondem, em 2009, por 66% da provisão domiciliar, os filhos por cerca de 23% da renda e os parentes por cerca de 11% (Gráfico 4).

Gráfico 4
Participação na massa da renda domiciliar segundo posição na família
por tipologia de arranjos domiciliares
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004-2009

Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares; (2) Inclui chefes unipessoais e chefes com filhos ou parentes.

Este conjunto de informações evidencia a desfavorável inserção da mulher no mercado de trabalho na medida em que, nos arranjos domiciliares nucleados pelo casal, as proporções da participação das cônjuges na composição da renda familiar são mais baixas do que sua participação entre os ocupados da família (Gráficos 3 e 4). A predominância de inserções precárias desse componente é uma das explicações para essa disparidade (Montali, 2010), pois considerando-se o total das famílias metropolitanas brasileiras, mais que a metade das cônjuges ocupadas apresenta inserção sob vínculos contratuais precários. Situação distinta é encontrada entre os chefes masculinos ocupados dos quais cerca de um terço apresenta-se sob vinculações não precárias. Expressando a bipolaridade entre as mulheres ocupadas (Bruschini, 2007 e Lombardi, 2009), também no caso das chefes femininas sem cônjuge, cerca da metade destas se vinculam ao mercado de trabalho através de inserções precárias (Montali, 2010). No caso das chefes femininas sem cônjuge e considerando-se sua maior responsabilidade na provisão familiar (Gráfico 3), as inserções precárias refletem-se nos rendimentos mais baixos verificados nos arranjos domiciliares

nucleados pela chefe feminina sem a presença de cônjuge. No caso dos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento nucleados por casal, entre os mais jovens (até 34 anos) embora seja elevada e crescente a participação da cônjuge entre os ocupados: 34,5% em 2004 e 38,7% em 2009, sua participação na renda domiciliar é crescente, porém é bastante menor que o seu peso entre os ocupados da família: 26,4% em 2004 e 32,9% em 2009, refletindo possivelmente a aceitação de ocupações que lhe permitam conciliá-las com as atribuições domésticas. Nos arranjos caracterizados pelos casais de 35 a 49 anos com filhos, a participação da cônjuge entre os ocupados é da ordem de 29% em 2004 e de 32,6% em 2009; por sua vez a participação na renda domiciliar, também crescente é de 24,2% em 2004 e de 30,9% em 2009, indicando menor distância entre sua participação entre os ocupados na família e na composição da renda domiciliar. Observe-se que este arranjo domiciliar, embora entre os mais suscetíveis ao empobrecimento, apresenta valores de rendimento per capita próximos à média metropolitana em todo o período.

A vinculação precária das mulheres cônjuges e chefes ao mercado de trabalho está em grande parte associada à divisão sexual do trabalho vigente e às atribuições destas pelo cuidado dos filhos e da casa, levando-as a aceitar vinculações não formalizadas, jornadas menores e ocupações intermitentes. Este fato tem peso importante na situação mais desfavorável dos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento sob análise, todos eles com a presença de filhos, evidenciando que embora haja mobilização das cônjuges femininas e das chefes femininas, estas por constrangimentos que limitam o acesso a empregos de qualidade, obtêm menores rendimentos no mercado de trabalho. Dessa forma, um dos desafios a serem enfrentados para a redução da desigualdade dos rendimentos entre os arranjos domiciliares passa pela divisão sexual do trabalho vigente e nas relações de gênero, que embora se modifiquem em alguns aspectos, ainda não chegam a alterar de forma significativa as atribuições domésticas associadas aos papéis familiares.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Clara; PIKANÇO, Felícia; SCALON, Celi (org) – *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: EDUSC, 2007.
- BALTAR, P. E. A.. Os salários na retomada da economia e do mercado de trabalho no Brasil: 2004-2007. In: Baltar, P.; Klein.J.; Sallas. C. (Org.). *Economia e trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr, 2009, v. 7, p. 119-129.
- BARRÈRE-MAURISSON, M.-A. *La division familiale du travail – la vie en double*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- BARROS, R. P; FOGUEL, M. N. e ULISSEA, G. (org.) *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2006,
- BRUSCHINI, M. C.. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. Seminário Internacional Gênero e Trabalho (MAGE/FCC). *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, FCC: São Paulo e Rio de Janeiro, v. 37, n. 132, p. 537-572. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2010.
- DEDECCA, C. S. . O trabalho assalariado no capitalismo brasileiro atual. In: Baltar, P.; Klein.J.; Sallas. C. (Org.). *Economia e trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr, 2009, v. 7, p. 130-150.
- Folha de São Paulo. Mulheres trabalham menos tempo em casa. Sobe número de homens que têm tarefas no lar. *Folha de São Paulo*: 18/02/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso 29/05/2011.
- Folha de São Paulo. Renda da mulher sobe mais do que a do homem no NE. *Folha de São Paulo*: 09/03/2011. Mercado. B3.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO e SESC. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em 29/05/2011.
- HIRATA, H. e HUMPHEY, J. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, USP, v. 4, ns. 1/2, 1994, p. 111-131.
- IPEA. Desigualdade e pobreza no Brasil metropolitano durante a crise internacional: primeiros resultados. **Comunicado da Presidência** n.25. IPEA, 04 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> [Acesso: 05 agosto de 2011].
- IPEA. (2009) A desigualdade no desemprego no Brasil metropolitano. *Comunicado da Presidência número 29*. IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/090922_comunicadoipea29.pdf. Acesso em 29 de maio de 2011.
- IPEA. (2011) Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009. *Comunicado do IPEA número 88*. IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110427_comunicadoipea88.pdf. Acesso em 29 de maio de 2011.
- LEONE, E. O Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Economia Informal. *Seminário Tripartite - OIT: A economia informal no Brasil: Políticas para facilitar a transição para a formalidade*. Brasília, maio de 2009.
- LOMBARDI, M. R.. Anotações sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho. *Seminário Brasil-França Economia Solidária*, organizado por Fundação Carlos Chagas em Campinas - Unicamp, agosto 2009. Disponível em: www.fcc.org.br/seminario/ecosol/MRLombardiEcosol21ago2009.pdf. Acesso em 06 de abril de 2010.
- MONTAGNER, P. O desenvolvimento econômico e estrutura das ocupações – A situação brasileira entre 2003-2007. In: Baltar, P.; Klein.J.; Sallas. C. (Org.). *Economia e trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr, 2009, v. 7, p. 82- 97.

MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração nas condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.42, ANPOCS, fev. 2000.

_____. Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento In: ABEP *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 21, n. 2, jul/dez. 2004.

_____. *Precarização do trabalho e desemprego: os impactos nos rearranjos familiares de inserção e nas condições de subsistência – 1985 a 2000*. Relatório Final de Pesquisa apresentado ao CNPq. Campinas: NEPP/UNICAMP, abril, 2005.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. In: ABEP *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 2, jul/dez. 2006.

_____. Os impactos da precarização do trabalho e do desemprego sobre as famílias. In: Lúcia M. M. Bógus; Suzana Pasternak. (Org.). *Como Anda São Paulo*. Brasília: Letra Capital Editora - Observatório das Metrópoles, v.3, p. 175-202. 2009.

_____. Padrões familiares de inserção no período de recuperação da economia nos anos 2000: homens e mulheres no mercado de trabalho. *Revista Bahia Análise & Dados*. abril-junho. 2011.

MONTALI, L. e LOPES, G. Relações familiares e trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90. *Caderno CRH*, CRH-UFBA, v. 1, n. 38, 2003.

MONTALI, L. e LIMA, M.. Famílias metropolitanas e arranjos familiares de inserção sob a precarização do trabalho. In: MENEZES, José E. X. de; CASTRO, Mary Garcia. (Org.). *Família, população, sexo e poder - Entre saberes e polêmicas* (Coleção Família na Sociedade Contemporânea). São Paulo: Ed. Paulinas, v. 1, p. 175-221. 2009.

_____. Tendências dos Arranjos e da Redução da Desigualdade nas Famílias Metropolitanas Brasileiras entre 2004 e 2008. In: *Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano*, Natal - RN. 2010.

_____. Os desafios para a redução da desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos. Trabalho apresentado no *XXVIII Congresso Internacional da ALAS – Associação Latino Americana de Sociologia*. 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE. Grupo de Trabalho: Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.

SEADE/DIEESE – Sistema PED. *A mulher no mercado de trabalho metropolitano. Março de 2008 - Redução de desemprego não diminuiu desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho*. Disponível em: http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitanaMulheres2008.pdf. Acesso em 06 de abril de 2010.

SEADE/DIEESE – Sistema PED. *Boletim Mulher e Trabalho*. São Paulo, março de 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/sp/mulherrmsp2011.pdf>. Acesso em 29/05/2011.